

Questão 1 (2 valores)

Comente a seguinte frase, fazendo referência (i) à posição da AED relativamente à a prossecução de fins redistributivos e (ii) às razões que justificam a afirmação infra:

"Rejeitamos a prossecução de fins redistributivos através do direito privado. A prossecução destes fins através do direito privado pode, em casos excepcionais, ser justificada por circunstâncias especiais, mas não deve em qualquer caso corresponder à função normal do direito privado."

→ a finalidade de individual contribui para a finalidade de coletiva

Questão 2 (2 valores)

"Ao invés, em determinadas circunstâncias, a negociação entre privados permitirá definir o que é que pode ser objeto de propriedade, quem é que a pode reclamar, o que é que o respetivo titular pode e não pode fazer com a propriedade e quem é que pode interferir na mesma"

→ liberdade contratual? → teorema de Coase
 ↳ Ao pontos

A que é que a frase supra se refere? Concorda com a afirmação? Justifique.

↳ liberdade contratual → confronta de Coase - a negociação leva a eficiência se os agentes económicos têm de negociar obtêm o melhor resultado social.

Questão 3 (2 valores)

Analise e compare os custos de transação que podem estar subjacentes às seguintes decisões:

- a) Comprar uma melancia no supermercado
- b) Adotar uma criança

↳ Contrato (Aquisição de bem)
 ↳ aquisição de bem
 ↳ custo (custos)
 ↳ compra (1318€ e 55€) →

Questão 4 (4 valores)

Qual a relação entre custos de transação e os mecanismos de tutela dos property rights (property rule e liability rule)?

↳

Questão 5 (2 valores)

O sistema jurídico da maior parte dos países prevê um conjunto de restrições à transferência de property rights (PRs) que vão da mera limitação da transferência de PRs (exemplo: a venda de determinados medicamentos está sujeita a receita médica) à proibição da transferência de PRs (exemplo: venda de órgãos humanos). Serão estas restrições justificadas à luz da AED? Justifique a sua resposta tomando por referência os exemplos mencionados.

↳ transparência de recursos mas é feita da forma adequada pois não é estereotípica ou livre, como o remédio, por ex, no caso dos não incapacitados.

↳ limitação está relacionada com a certeza e segurança jurídica
 ↳ a venda de órgãos humanos

↳ estes danos são de natureza física e não moral
 ↳ a proibição de transferir órgãos humanos
 ↳ não há danos físicos

Análise Económica do Direito (LL 102)
Ano académico 2016/2017 – 2.º semestre
6 Jun 2017 / 13h-16h / sala 5
Exame final

Instruções:

- O exame tem a duração total de 180 (cento e oitenta) minutos *improrrogáveis*.
- O exame é composto por 8 (oito) perguntas, às quais corresponde a pontuação total de 20 (vinte) valores.
- As respostas devem ser redigidas com caligrafia *legível* e não devem ultrapassar o limite total máximo de 6 (seis) páginas. **As respostas que excederem o limite total de páginas não serão consideradas para efeitos de avaliação do exame escrito.**
- *Concisão: caso as respostas ao exame ocupem 4 (quatro) ou menos páginas, será atribuída uma bonificação de 1 (um) valor a somar à pontuação total obtida no exame caso esta seja igual ou superior a 14 (catorze) valores.*
- No decurso do exame está autorizada a consulta de legislação (simples e anotada), apontamentos, fotocópias e livros do próprio.
- A utilização de *tablets, smartphones, laptops* ou qualquer outro equipamento eletrónico que permita o acesso à internet não é permitida durante toda a duração do exame.

Boa sorte!

Questão 1 (2 valores)

Comente a seguinte frase, fazendo referência (i) à posição da AED relativamente à a prossecução de fins redistributivos e (ii) às razões que justificam a afirmação infra:

"Rejeitamos a prossecução de fins redistributivos através do direito privado. A prossecução destes fins através do direito privado pode, em casos excepcionais, ser justificada por circunstâncias especiais, mas não deve em qualquer caso corresponder à função normal do direito privado."

→ a liberdade de individual contribui para a liberdade da coletividade

Questão 2 (2 valores)

"Ao invés, em determinadas circunstâncias, a negociação entre privados permitirá definir o que é que pode ser objeto de propriedade, quem é que a pode reclamar, o que é que o respetivo titular pode e não pode fazer com a propriedade e quem é que pode interferir na mesma"

→ liberdade contratual? → teorema de Coase → As partes

A que é que a frase supra se refere? Concorda com a afirmação? Justifique.

→ liberdade contratual → confronta de Coase - a negociação leva a eficiência se os agentes económicos possuem negociações obtêm um ótimo social.

Questão 3 (2 valores)

Analise e compare os custos de transação que podem estar subjacentes às seguintes decisões:

- a) Comprar uma melancia no supermercado → contrato (aquisição de mercado)
- b) Adotar uma criança → aquisição de família → aquisição de família → adoção (custos)

Questão 4 (4 valores)

Qual a relação entre custos de transação e os mecanismos de tutela dos property rights (property rule e liability rule)?

↳

Questão 5 (2 valores)

O sistema jurídico da maior parte dos países prevê um conjunto de restrições à transferência de property rights (PRs) que vão da mera limitação da transferência de PRs (exemplo: a venda de determinados medicamentos está sujeita a receita médica) à proibição da transferência de PRs (exemplo: venda de órgãos humanos). Serão estas restrições justificadas à luz da AED? Justifique a sua resposta tomando por referência os exemplos mencionados.

→ transferência de recursos não é feita da forma adequada pois não é esclarecida ou livre, como a venda, por ex. no caso dos órgãos humanos.

limitação está relacionada com a certeza e segurança jurídica → evitar a venda de órgãos

estas restrições não evitam danos de nunca ter de fazer a transferência, pois as pessoas não são capazes de fazer grandes danos.

X Questão 6 (2 valores)

→ responsabilidade objetiva

O artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 383/89, de 6 de novembro (alterado posteriormente pelo Decreto-Lei n.º 131/2001, de 24 de abril) dispõe o seguinte: "O produtor é responsável, independentemente de culpa, pelos danos causados por defeitos dos produtos que põe em circulação". Admite o artigo 7.º/1 do mesmo diploma que "[q]uando um facto culposo do lesado tiver contribuído para o dano, pode o tribunal, tendo a todas as circunstâncias, reduzir ou excluir a indemnização". Analise as normas em causa da perspectiva da AED, explicando quais as "circunstâncias" que poderão relevar para a previsão do artigo 7.º/1.

X Questão 7 (4 valores)

Comente a seguinte afirmação: "A possibilidade das normas supletivas [para a interpretação dos contratos] reduzem custos de transação é diretamente proporcional à sua eficiência"

X Questão 8 (2 valores)

A grande maioria dos crimes provoca danos às respetivas vítimas, os quais são passíveis de serem indemnizados em sede de responsabilidade civil extracontratual. No entanto, mesmo nos casos em que tal sucede, a intervenção do Direito Penal não é dispensada. Porquê?

↓ Situação ótima é aquela que investe na aplicação de sanções pesadas. ~~mas~~ Falamos de um efeito preventivo ótimo, porque se tivermos uma sanção pesada, ~~o~~ ~~gostamos~~ ~~de~~ ~~ter~~ ~~na~~ ~~de~~ ~~ter~~ ~~se~~ ~~existe~~ ~~um~~ ~~efeito~~ ~~ótimo~~